

# VI CONVENÇÃO DO PARTIDO CHEGA



## MOÇÃO TEMÁTICA

### PELA MERITOCRACIA E PELO FIM DA IDEOLOGIA NO ENSINO: **CONSTRUIR UMA ESCOLA DE QUALIDADE**

**José António Ribeiro de Carvalho** (militante nº 7403)

Delegado à VI Convenção Nacional do Partido CHEGA, pelo Distrito do Porto

Moção subscrita pela Comissão Política Distrital do Porto

Viana do Castelo

12, 13 e 14 de Janeiro de 2024

# O CHEGA E A REFORMA DO ENSINO EM PORTUGAL

## PELA MERITOCRACIA E PELO FIM DA IDEOLOGIA NO ENSINO: CONSTRUIR UMA ESCOLA DE QUALIDADE

Desde a sua fundação, a 9 de Abril de 2019, que o CHEGA defende uma profunda reforma no Ensino em Portugal. Esta tem sido uma evidência para todos os dirigentes, militantes e simpatizantes deste movimento conservador português, que está na Política para mudar o rumo da governação e das políticas públicas do Ensino.

Contudo, antes de avançarmos, há uma pergunta que se coloca:

- Será que a grande maioria da população Portuguesa tem consciência da real importância da reforma do Ensino em Portugal proposta pelo CHEGA, com vista à construção de uma Escola de Qualidade?

Do nosso ponto de vista, e atendendo à capital importância do ensino para a formação das novas gerações, este tema necessita de ser divulgado com maior afincio, de modo a colocarmos o assunto no centro dos debates públicos, mediáticos e políticos nacionais.

Para o CHEGA, o combate em prol de um Ensino de Qualidade tem de ser prioritário. Afinal, qualquer reforma política, social ou ideológica eficiente e duradoura necessita de começar pelo Ensino, mormente nas Universidades e Escolas. É uma reforma que poderá demorar algum tempo a ser implementada, mas que dará muitos e bons resultados.

Afinal, não é novidade nenhuma dizer-se que **QUEM CONTROLA A ESCOLA, CONTROLA(RÁ) O MUNDO!** E, neste aspecto, sabemos que as esquerdas têm sido hábeis nesse domínio do Presente que assegurará um controlo do Futuro!

Perante estes considerandos iniciais, devemos interrogar-nos sobre

### **QUE ESCOLA (AINDA) TEMOS?**

O diagnóstico há muito que está feito.

Contudo, nunca é demais dizermos que vivemos uma clara CRISE DA ESCOLA E DO ACTUAL SISTEMA DE ENSINO. As Famílias têm consciência do facto. Os professores que estão nas escolas também e a sociedade, apesar de parecer alheada devido à necessidade de trabalhar arduamente para conseguir colocar pão na mesa, igual. Porém, parece que os pedagogos e os responsáveis pelas políticas públicas do ensino AINDA não perceberam. Assim, e enquanto estes últimos não perceberem, será da maior utilidade que, todos aqueles que se preparam para apresentar uma alternativa governativa, seja ela mais próxima ou longínqua, reflectam sobre o assunto e, mais do que reflectir, apresentem soluções alternativas. É para isso que servem os partidos políticos. É para isso que serve a nobre arte da Política e de quem se dedica, afincadamente, às questões da *res publica*: encontrar soluções para os problemas e dificuldades que vão surgindo.

Numa análise superficial em relação ao que se passa nas nossas escolas, que seria penoso aqui enumerar na totalidade, os professores, os alunos e as famílias com quem contactamos diariamente, limitando-nos às evidências de quem conhece a realidade *in loco* e não através das luxuosas cadeiras dos Gabinetes dos Ministérios ou via pedagogos dos centros de investigação universitários e que não entram nas salas de aula das escolas deste País (mas falam abundantemente sobre aquilo que não conhecem) temos:

- Milhares de alunos sem aulas;
- Professores descontentes e com greves marcadas;
- Paralisações e manifestações docentes prolongadas no tempo e que condicionam a vida de todos, especialmente dos alunos e suas famílias;
- Professores em número insuficiente para as necessidades das nossas escolas;
- Incapacidade, por parte das escolas, no recrutamento docente para suprir as necessidades mais básicas de professores;

Em suma, faltam professores e há professores que faltam. Uns, por manifesta falta de candidatos a muitos lugares das nossas escolas, outros devido à insatisfação para com as condições que lhes são oferecidas e por um desgaste físico e emocional causado pela vida diária nas escolas deste País.

- Desvalorização profissional e social da tutela para o desempenho da nobre missão de ensinar;
- Salas de aula sem condições;
- Escolas onde faltam funcionários para o normal funcionamento de um estabelecimento de ensino;
- Escolas - numa altura em que a propaganda governativa enche os nossos ouvidos com as bonitas palavras da «integração» e «inclusão» - sem tarefeiras e técnicos para os alunos da

educação especial (discentes que merecem a maior atenção e cuidado da parte de toda a sociedade, de modo muito particular das escolas, e que não recebem os apoios de que necessitam);

- Uma escola pública que, salvo raras exceções, teima em nivelar por baixo, não interessando a qualidade do ensino, mas apenas os «números» que são sempre apresentados como um «sucesso estatístico»;

- Escola preocupada com a agenda ideológica em vigor pelos mais diversos organismos governativos, tudo numa bela campanha mediática disfarçada de «inclusão», «diversidade», «laicidade» e mais uma série de abstracções falsificadas e que faz lembrar a estratégia nazi da criação do homem novo. Trata-se de uma agenda progressista internacional cujo objectivo é a destruição do modo de ser Ocidental. Neste aspecto, não há o verdadeiro e o falso, não há o certo e o errado, há apenas o lícito e ilícito no plano legal-penal, onde a ética e a moral não têm lugar.

Associado a tudo isto, vivemos num mundo da ilusão «trans», apresentado como a grande virtude, acompanhada da destruição da Família, como célula base da sociedade, da destruição dos valores masculinos e femininos. Para esta corrente ideológica, as mulheres devem comportar-se como os homens e os homens como as mulheres, não existe o menino e a menina, não existe o sexo, mas o género e insiste-se no género «neutro».

Ainda sobre o homem e a mulher, a ideologia «trans» destrói a ideia que temos, desde há séculos, de homem e mulher. Aliás, em breve, se não houver cuidado, as palavras homem, mulher, menino e menina serão proibidas e quem as usar arrisca-se a ser punido.

Ainda a este propósito, na escola, alguns dos professores já não sabem se ensinam ou se se limitam a ser escravos das idiotices pedagógicas da doentia ideologia de género e da política wokista do cancelamento do século XXI e da agenda 2030.

Neste aspecto, o mundo está a tornar-se um local perigoso. O terrível é que o Ocidente, que tanto custou a construir ao longo dos séculos, com as liberdades e seus direitos, com os bons e nobres valores, está a morrer e a desaparecer. Os jovens, e se não arrepiarmos caminho, ignoram-no, uma vez que já não se ensina nas escolas o que fez e foi a Civilização Cristã Ocidental.

- Salvo raras exceções, não se ensina, uma vez que o que impera é uma cultura de facilitismo. Não se quer traumatizar os meninos com a Ilíada ou com a História da Europa e das nações europeias de que fazemos parte. O objectivo principal está reduzido a duas palavras simples: «sucesso escolar». E para que ele seja possível, nivela-se por baixo. Não interessam as aquisições académicas ou o saber nas mais variadas áreas disciplinares, o que importa são as

«competências» para figurar nas tabelas de avaliação e no trabalho de «grelhificação» atribuído aos professores.

Aqui chegados, importa perguntar

## **QUE ESCOLA QUEREMOS?**

E a resposta é simples, clara e directa. Queremos uma **ESCOLA DE QUALIDADE E QUE APOSTE EM PERCURSOS DE MERITOCRACIA**. Para esse efeito, é fundamental que o sistema de ensino aposte numa cultura de

### **1 – EXIGÊNCIA E MERITOCRACIA**

O ensino é uma condição fundamental para o sucesso do ser humano. Um ensino de qualidade garante o necessário «elevador social» que embeleza discursos políticos, é certo, mas que é real. Todos o percebem e facilmente. Quantos de nós não conhecemos casos de sucesso pessoal e profissional graças à qualidade do ensino que receberam e ao «elevador social» que tal permitiu? Há imensos casos.

Estudar, tirar um curso superior ou profissional, é uma ferramenta fundamental para o futuro e o sucesso das pessoas. Mas para lá da necessidade de um curso, importa, sobremaneira, o grau de exigência para com o aluno. Sim, ser exigente é fulcral.

Neste ponto, um país que tem como prioridade de discussão sobre o ensino em Portugal o fim da obrigatoriedade de exames nacionais, como temos visto há imenso tempo no debate público, é um país que passa o sinal errado para as novas gerações. Esta ideia de que a nota que conta é a do ensino secundário, sem exame comparativo com os demais alunos das outras escolas do País, não é apenas delírio, mas um disparate. E um disparate medonho, que está intimamente associado com a cultura do facilitismo que se encontra entre nós há várias décadas nos mais variados lugares. E essa cultura faz escola. Afinal, é comum ouvirmos afirmações como:

«Coitadinhos dos meninos que precisam de estudar e ficam muito ansiosos com os exames».

Este discurso não ajuda os alunos, as famílias, os professores ou as escolas. Além de não ajudar ninguém, junta-se à narrativa da profunda desautorização do papel do Professor.

A vida, na idade adulta, como todos sabemos, tem desafios, obstáculos, pressões, calendários e competição. A vida é dura e não nos traz facilidades. Neste aspecto, um exame nacional é um momento de avaliação. É um momento de colocar em prática o que foi aprendido e apreendido.

Se é uma enorme pressão? Claro que é. Se ficamos nervosos? Sim, ficamos. Mas não estamos cá todos na mesma? E não teremos muitos mais momentos de pressão pela vida fora?

**A ideia de acabar com os exames nacionais é mais um passo numa sociedade sem exigência.**

Logo, uma sociedade sem grandes objectivos de vida e sem ambição. E isto é preocupante.

Além do mais, a «confusão» criada e alimentada, real ou ficcionada, entre o Ministério da Educação e o Ministério do Ensino Superior, sobre os exames, é uma discussão em que o CHEGA deve intervir de modo claro, até para esclarecer e explicar o que está em causa. O CHEGA pode – e deve – liderar o combate pela defesa dos exames, pelo rigor, pela exigência, pelo trabalho e pela meritocracia no ensino. O CHEGA tem a obrigação de **agarrar no eleitorado que aposta na responsabilidade e maturidade**, de todos aqueles que não estão agarrados à subsidiodependência, até porque estes já têm partido e aliados há muito e não mudarão o seu sentido de voto facilmente. A não ser que se convertam. E sabemos como a conversão é sempre possível.

Que o sistema de ensino seja exigente para com todos os alunos, atendendo, no entanto, ao mais elementar bom senso, no caso dos discentes das necessidades educativas especiais e que merecem que se pondere, devidamente, se as nossas escolas estão adequadas às suas idiossincrasias. Não basta fazer belos discursos por uma «escola inclusiva», como temos assistido nos últimos anos, e depois não oferecer as condições específicas para tantas das nossas crianças que frequentam as escolas e as salas de aula deste País. Os alunos da Educação Especial e com Necessidades Educativas Especiais são um exemplo, salvo raras excepções, do pouco cuidado que as políticas públicas do ensino têm dedicado a estas crianças e jovens. Salva-se, na maior parte das vezes, o grau de qualidade dos (poucos) profissionais que se encontram nas nossas escolas e fazem verdadeiros milagres por estas crianças e suas famílias.

Voltando à exigência, ela terá de ser transversal a todos os alunos, e sem ceder ao discurso «politicamente correcto» de fazer dos «menos favorecidos» uns «pobrezinhos», «coitadinhos», «oprimidos» e «vítimas da sociedade». A pobreza e as dificuldades ultrapassam-se com trabalho, sacrifício, exigência e persistência. O Cristiano Ronaldo é, desde criança, um bom exemplo de trabalho, sacrifício, exigência e persistência levados ao limite e sem beneficiar de «quotas».

A cultura da excelência no ensino e o pleno desenvolvimento dos talentos dos alunos e professores terá de ser um objectivo prioritário; pois só assim o ensino funciona(rá) como «elevador social». Que se defenda uma escola da meritocracia e contra as «quotas dos pobres»<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> <https://www.publico.pt/2023/01/26/sociedade/noticia/quotas-alunos-pobres-governo-estuda-introduzir-nao-paralelo-europa-2036097>

conforme foi apresentado pelo Governo socialista. O ensino de qualidade não se coaduna com quotas e com sucesso «martelado» nos gabinetes estatísticos.

Criar quotas para o ingresso de alunos mais pobres, com recurso a um contingente especial de vagas, são soluções que desprezam o factor de mérito e contribuem para mais problemas do que soluções. Introduzir quotas no acesso ao ensino superior, com base na pobreza, cria injustiças e impede o funcionamento do «elevador social».

Necessitamos de um sistema de Ensino que nos prepare para o futuro, com um «elevador social» funcional que favoreça a igualdade de oportunidades e permita superar, efectivamente, contextos sociais e económicos menos favorecidos. Só assim será possível colocar o ensino como elevador social.

**O facilitismo na escola pública tem como objectivo impedir os que têm mais problemas sociais e económicos de chegarem mais longe. A escola não tem de facilitar, a escola tem de ajudar a ultrapassar obstáculos, problemas e dificuldades.** Aqueles que mais precisam da escola são os que mais perdem com isto tudo. Quando um aluno de um qualquer bairro social, de uma qualquer aldeia remota, chega a juiz, a cientista, a engenheiro, a professor, a empresário, algo de maravilhoso aconteceu na escola e algo de estupendo irá acontecer na sociedade, mas há mudanças que não são desejadas pelo *sistema* e o fim da meritocracia e uma cultura do facilitismo não beneficiam ninguém. Afinal, quanto mais se diminui a exigência, mais se acentuam as desigualdades entre os alunos.

Contudo, sabemos que esta é a estratégia do(s) socialismo(s).

Afinal, para as esquerdas, nunca interessou o mérito, mas as «excepções» e as «quotas» que garantam clientela no dia das eleições.

**Que se apoiem os alunos mais carenciados e suas famílias, num verdadeiro espírito da Justiça Social, mas sem quota de entrada especial.**

Já agora, conforme está o País, excluindo os filhos e familiares dos dirigentes socialistas, quem é que não é pobre? Afinal, socialismo sempre foi e continua a ser sinónimo de empobrecimento. E quanto mais pobres, mais dependentes do Estado e do pai-socialismo.

**A meritocracia é, por isso, um desafio decisivo pelo nosso futuro, enquanto comunidade coesa e orgânica. E deve ser «O» desafio para os próximos tempos.**

A destruição da ideia de mérito dos alunos constitui um dos pontos fortes do socialismo e das esquerdas em geral. É um dos elementos destrutivos do Ensino em Portugal. E é por isso que se impõe uma campanha, com medidas concretas, a favor da meritocracia.

**O foco das escolas e dos professores deve ser o ensino-aprendizagem, o resto é mero espectáculo para entreter as massas, iludir as famílias e enganar os alunos como futuros homens e mulheres deste país.**

## **2 - RIGOR NA AVALIAÇÃO**

Importa pôr fim à célebre política educativa do «facilitismo». A escola precisa de ser rigorosa, tal como a sociedade e o mundo do trabalho também o são. E não se pode habituar a criança e o jovem, durante 18 anos, a uma vida de «facilitismo» e depois lança-los no duro e competitivo mundo do trabalho. A não ser que o sistema queira promover um modo de vida de «facilidade» e total dependência em relação ao Estado e aos «favores» do «pai-socialismo».

É fundamental que se aposte numa cultura do rigor na avaliação interna das escolas e sem receio de defesa da existência dos exames externos no final de cada ciclo de ensino, tal como o CHEGA o defende intransigentemente.

O CHEGA tem de continuar a defender a existência dos exames nacionais, como meio de averiguação da qualidade do ensino, da preparação dos alunos e da propriedade das aprendizagens.

Contudo, conforme temos assistido nos últimos tempos, com as célebres «provas de aferição», para os mais distraídos, elas apenas têm servido para avaliar professores e não os alunos.

Vejamos. Os alunos realizam as provas de aferição, os professores são avaliados. Isto é uma perversão medonha. É o sistema de ensino à socialista: avalia-se quem deve ser avaliador e fica a avaliador o avaliado. Isto é uma verdadeira loucura e que está a destruir, completamente, a verdadeira e primordial função da escola.

A escola pública actual deixou de servir o propósito da qualificação dos alunos, passando apenas a contar a certificação. Os responsáveis pelas políticas públicas do ensino, trocaram a qualificação pela certificação. Isto não é bom sinal, muito menos dará bons resultados.

## **3 – RESPEITO PESSOAL, PROFISSIONAL E SOCIAL PELO PROFESSOR**

Urge tornar atractiva a profissão de professor. E, neste aspecto, o CHEGA tem de continuar a defender os professores, as famílias e os alunos.

Necessitamos de olhar para a profissão docente como uma verdadeira MISSÃO de vida! E uma missão fundamental. Uma MISSÃO é um serviço que se presta. Ser PROFESSOR é mais do que uma profissão. É uma missão. Afinal, são os professores que motivam os alunos, que os fazem acreditar nas suas próprias capacidades, que permitem que cada um reconheça o melhor de si e que motiva a abraçar o futuro, pois só com professores motivados, poderemos aspirar a um ENSINO DE QUALIDADE e ter alunos interessados.

E não podemos pedir aos professores que olhem para o seu papel de formar, se não os valorizarmos social, profissional e economicamente. Não se trata de uma mera reivindicação económico-financeira, à boa maneira socialista-sindical. A questão económica é importante,



com certeza, mas não é a principal. O professor, de um universo superior a 150 mil profissionais da área, tem de se sentir acarinhado pela sociedade, reconhecido pelos organismos governativos e valorizado no discurso público e político.

As escolas têm de ser espaços de respeito e de hierarquia. Afinal, é o adulto que orienta e o aluno cumpre as indicações do professor. Em circunstância alguma se pode inverter esta regra básica, de colocar o aluno a mandar e o professor a obedecer. Professores e alunos, embora iguais na sua dignidade humana, não são – nem podem ser – iguais no seu papel, isto por mais que as «modas pedagógicas» nos digam que alunos e professores são iguais.

A indisciplina que grassa nas escolas, outro grave problema que a todos afecta, e que impede um ensino de qualidade, só pode ser combatida se houver vontade da parte dos organismos ministeriais. E todo o excessivo processo burocrático vigente favorece os alunos indisciplinados e os pais que não os educam, prejudicando os discentes que olham para a Escola e os professores com respeito e como «elevador social».

«Desvalorização», «desrespeito», «instabilidade», «abandono», estas são algumas das palavras que resumem a condição dos professores em Portugal e os consequentes problemas que em 2023 se tornaram evidentes através de greves e manifestações contínuas.

Apesar dos anúncios governativos, pouco significativas foram as mudanças que se verificaram e a falta de professores é um problema que não parece dar tréguas às escolas deste país.

O método de avaliação dos professores também é injusto e desmotivador, mas no sentido oposto ao dos alunos, muitas vezes recebem um «suficiente» ou «bom» porque mesmo que mereçam mais e melhor, a escola não pode dar um «muito bom» ou «excelente» por falta de «quota». Os alunos, claro, até prova em contrário, têm sempre nota positiva atribuída e sem despendermos qualquer esforço.

Lembremo-nos da instabilidade que todos os anos assombra milhares de professores por não saberem onde ficam colocados, se têm horário completo ou sequer se ficam colocados, sendo uma das principais causas de abandono da profissão, pois quem quiser garantir colocação terá de se sujeitar a ficar longe de casa sem qualquer apoio ou benefício financeiro, deixando o que recebem do seu parco salário em alojamento e viagens.

A dificuldade na progressão de carreira dos professores, os salários baixos e a instabilidade profissional, aliados à falta de autoridade e de motivação, só podem terminar num desastre para a nossa sociedade e que urge evitar; para isso, impõem-se medidas urgentes para salvar a escola pública e devolver-lhe a exigência e disciplina que deve ter, assim como prestar todo o apoio aos nossos filhos com profissionais especializados e motivados nas diversas áreas.

Para este efeito, é urgente cativar jovens para a carreira docente, pois corremos o sério risco de, muito em breve, não termos professores. Para tal, é necessário reconhecer e motivar os que por cá estão e o quanto antes.

**O que pretendem os professores? É esta a pergunta essencial.**

**E a resposta é simples! Respeito por uma classe e a recuperação de uma dignidade pessoal e profissional há várias décadas perdidas. É uma mera questão de decência pessoal e profissional. Haverá coragem para esse desafio de devolver a dignidade e decências aos professores?**

Afinal, só com professores respeitados e motivados se combaterá a indisciplina e poderemos aspirar a uma escola de qualidade.

#### **4 - CONHECIMENTO**

Que as escolas apostem, claramente, na transmissão do conhecimento e que a tutela deixe os professores ensinar. Um ensinar sem dar «palpites» sobre o que se deve fazer com esse conhecimento. Que as escolas ensinem a pensar, não o que cada um dos alunos deve pensar.

Em suma, que o denominador comum seja o conhecimento, não o aluno. Afinal, é o aluno que tem de se adaptar ao conhecimento e não o contrário. E é o professor que ensina e o aluno que aprende.

#### **5 - SUCESSO COMO FRUTO DE TRABALHO, ESFORÇO E SACRIFÍCIO**

O aluno tem o dever de atingir o sucesso, mas não o mero «direito ao sucesso». O aluno tem o dever de aprender e isso é responsabilidade do próprio. Naturalmente, uns alunos terão mais facilidade do que outros em aprender uns conteúdos em detrimento de outros, mas em vez de deixarem «voar os que têm asas», o sistema opta por «cortar as asas» a quem, em nome da igualdade, tendo amplas capacidades e aptidões, deixará de as ter, uma vez que a «ideologia» nos assegura que os menos capazes ficam «traumatizados» se não atingirem o sucesso, ainda que esse sucesso seja, na maior parte das vezes, fictício. Para esse efeito, todos transitam, com vista a evitar alunos traumatizados.

#### **6 - FORMAR E NÃO FORMATAR: IDEOLOGIA NÃO É CIÊNCIA**

A propósito do assunto da EDUCAÇÃO, intimamente associado com o ENSINO, importa que se esclareça que os socialismos, mais rosas ou mais laranjas, têm vindo a alhear as Famílias do seu direito fundamental a educar os filhos, desrespeitando a autonomia natural da Família.

**Os pais podem e devem educar os seus filhos. Afinal, a Família educa e a Escola ensina.** O seu direito e o seu dever de orientar a educação dos filhos são insubstituíveis, intocáveis e inegociáveis (artº 68º CRP). Isto é o que nos diz a Constituição. O papel do Estado é importante, sim, mas é-o no sentido de auxiliar, de colaborar com os pais e nunca contra eles.

Neste momento, como sabemos, a lei geral do País AINDA protege a missão da Família a Educar. Repetimos a palavra AINDA! E não deixemos a nobre missão da Educação à responsabilidade do «Estado todo-poderoso» e «grande educador da Nação».

As crianças, até prova em contrário, não pertencem ao Estado. No entanto, este insiste em querer inculcar nos jovens os «valores», quando é a própria Constituição da República Portuguesa que (ainda) nos diz que ao Estado não compete transmitir directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, conforme estipula o artº 43º da Constituição da República Portuguesa. Neste caso, é imperativo fomentar a formação, ao invés da doutrinação.

As escolas fazem apelo à participação dos pais, mas na ideologia de género os pais são um obstáculo a abater.

A escola ensina. A Família educa. Escola é para ensinar, não para formatar! A Constituição da República Portuguesa (ainda) nos garante este princípio! A não ser que alguns estejam determinados a alterar a lei.

**O Governo está mais interessado em doutrinar os alunos do que em ensinar-lhes História, Português, Matemática, Francês, Ciências, etc. Nós ficamos admirados, para não dizer chocados, com o silêncio da grande maioria dos pais e dos professores relativamente a este assunto da ideologia nas escolas.**

A escola deve ser democrática, por isso não lhe cabe impingir doutrina de natureza alguma, muito menos ideologia da célebre agenda 2030.

## **7 – UMA APOSTA CLARA NOS (PER)CURSOS ALTERNATIVOS DE FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

Há alunos nas nossas escolas para quem a formação estritamente académica não motiva a frequentar os espaços escolares, quanto mais a estudarem com afinco. Para esse efeito, e uma vez que a escolaridade obrigatória está nos 18 anos de idade ou no terminar do 12º ano, importa oferecer a todos os alunos, e para salvaguarda das próprias Famílias, mas também para o sucesso do sistema de ensino, percursos alternativos de formação, designadamente cursos técnicos e profissionais. Uma área de formação de que Portugal está carente e para a qual as políticas públicas necessitam de estar atentas. Neste aspecto, o CHEGA, como construtor de uma alternativa governativa, tem de apostar em políticas que favoreçam este tipo de ensino. Há áreas profissionais onde faltam técnicos preparados e onde escasseia mão-de-obra. O

investimento na diversidade de cursos deve ser prioritária, com particular enfoque nas profissões técnicas e cada vez mais valorizadas: técnicos de energias renováveis, técnicos de electricidade, técnicos de refrigeração, técnicos de turismo, técnicos de aquacultura, técnicos de pichelaria, técnicos de pedreiro, técnicos de pecuária, técnicos agrícolas das mais variadas áreas, técnicos florestais, técnicos da pesca, técnicos de soldadura, técnicos de carpintaria/marcenaria, técnicos de mecânica, entre tantos outros.

## **8 – UMA APOSTA CLARA NA SEPARAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E ENSINO**

O CHEGA tem liderado uma campanha de separação clara entre a Educação (responsabilidade da Família) e o Ensino (competência da Escola). Ambas as funções são importantes para a formação das crianças e dos jovens. Contudo, é fundamental que ambas sejam complementares – sem se confundirem - e se deixe à Família o seu papel de educadora e à escola o seu papel de formar com vista a um ensino de qualidade.

Aquilo que tem acontecido há vários anos, é que andamos sempre a transferir para o Estado as responsabilidades das Famílias e tornámos realidade o sonho de todos os Estados totalitários: expropriar a família da educação dos filhos e é precisamente essa tendência que o CHEGA deve combater.

## **9 – DESBUROCRATIZAR AS ESCOLAS RAPIDAMENTE E EM FORÇA**

O actual sistema de ensino vive inundado em burocracia. Esta é uma evidência para quem frequenta as escolas deste País. A burocracia serve um propósito elementar: manter os professores ocupados com a documentação exigida pela lei e pouca preocupação para com o principal objectivo do ensino: ensinar. Parece haver maior preocupação, da parte dos organismos educativos nacionais, em responsabilizar os professores pela organização burocrática, do que a preocupação científica de ensinar. E isto é uma perversão para uma escola de qualidade.

## **10 - ESCOLA E CRIANÇAS DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**

Quando nos referimos à qualidade do sistema de ensino, precisamos de uma referência obrigatória para as crianças e jovens das necessidades educativas especiais que, como a própria designação indica, têm direito a um apoio especial de acordo com as suas especificidades. Para estes alunos, são necessários docentes, técnicos e profissionais que ajudem os discentes e suas famílias.

Tempos houve em que estes alunos usufruíam de escolas especiais, devidamente equipadas com meios humanos, materiais e técnicos. Nos últimos anos, em nome da retórica «inclusiva», que

substituiu a meritocracia e qualidade dessas escolas especiais que, na sua grande maioria, fecharam portas, tudo se resume, na narrativa governativa actual, à «inclusão». Quanto a recursos e técnicos especializados, de máxima competência e dedicação a estes alunos, e que se encontravam nessas escolas, estão agora dispersos pelo sistema público de ensino, tantas vezes, apesar da maior competência dos profissionais que se dedicam de alma e coração a estes alunos, com um impacto localizado e diminuto para quem necessita. Fruto destas opções e como consequência para o sistema de ensino, há uma sobrecarga para os docentes não-especializados e para o resto do sistema e, numa grande parte dos casos, sem benefício para os alunos e suas famílias que, tantas vezes, agora, se vêm forçados a procurar as tão necessárias terapias e apoios especializados fora do sistema de ensino, recorrendo, na sua grande maioria, a serviços privados, tantas vezes onerosos e inacessíveis, para uma considerável parte das famílias portuguesas. No meio de tudo isto, os prejudicados, por razões óbvias, são as crianças que bem mereciam um real acompanhamento especial e adequado às suas necessidades e especificidades.

Se é fácil de compreender que todos somos humanos e defendemos a inclusão, importa perceber, como o dizem inúmeros professores nas nossas escolas, que a «cegueira obsessiva da inclusão» acaba por excluir o grupo a incluir, excluindo, ainda, os restantes alunos. Quem frequenta as nossas escolas, as salas de aula e as salas dos professores de Portugal, de Norte a Sul, incluindo as Regiões Autónomas, sem esquecer as famílias portuguesas, percebe esta evidência.

Com o célebre Dec. Lei n.º 54, de 6 de julho de 2018, o PS (e seus satélites) encontrou uma forma inteligente de não investir nas escolas especializadas nem em profissionais especializados para os alunos, limitando-se, salvo raras exceções, a «depositar» crianças das necessidades educativas especiais no sistema de ensino e nas escolas públicas a quem não consegue, apesar de todo o empenho dos profissionais que lidam com elas, atender e beneficiar nas suas necessidades mais básicas.

#### **EM JEITO DE CONCLUSÃO APRESENTAM-SE ALGUMAS SUGESTÕES/PROPOSTAS**

Assim, e perante os quadros resumidamente apresentados, o CHEGA, como Partido Conservador, Humanista e Personalista com cunho judaico-cristão, deve criar políticas que promovam uma Escola de qualidade e o fim do Ensino político-ideológico, com a retirada imediata da ideologia de género da Escola, desde o pré-escolar ao 12º ano, a fim de assegurar a liberdade de ensino, a liberdade das Famílias, uma Escola de Qualidade e livre de Ideologia. Para isso, propomos:

#### **MERITOCRACIA E RIGOR NO ENSINO**

Que sejam elaborados e tornados públicos projectos lei e recomendações ao Governo, nos Conselhos Municipais de Educação e nos mais variados estabelecimentos escolares deste País no sentido de:

- 1) Apresentar incentivos que permitam às mães, que o desejem, criar e educar os seus filhos a tempo inteiro, sem serem obrigadas a deixá-los entregues a terceiros a partir dos quatro meses, pois ficará mais barato ao Estado e será o melhor para as Famílias;
- 2) Permitir, para as Famílias interessadas, o ensino doméstico, dando condições para assegurar que é na Família que está o espaço privilegiado para a educação e formação integral dos filhos;
- 3) Criar incentivos e mecanismos no sentido de ajudar os alunos a ultrapassar as dificuldades escolares, ao invés de baixar o grau de exigência e rigor no sistema de ensino;
- 4) Criar bolsas de estudos de âmbito nacional, distrital, concelhio e local com vista a incentivar ao mérito dos alunos;
- 5) Valorizar profissional, económica e socialmente os professores;
- 6) Criar apoios que favoreçam o recrutamento docente para as zonas mais carenciadas de professores no País, nomeadamente incentivos remuneratórios e na carreira docente; Uma vez que os professores se sentem asfixiados pelo ministério, pelas direcções das escolas, pelos serviços de psicologia escolares, pelos serviços sociais, pelos pais, etc. vivendo sufocados em pareceres, reuniões, tabelas, grelhas, legislação sem fim e burocracias intermináveis que impedem os docentes de se concentrarem no essencial: ensinar, o percurso a fazer passa por:
  - 7) - Políticas de carreira e de dignificação docente;
  - 8) – Repensar a formação inicial de professores;
  - 9) – Permitir uma formação contínua e mobilização das escolas para uma cultura do mérito;
  - 10) – Rever os *curricula* que prepare as gerações mais novas, os nossos filhos e netos para uma sociedade do século XXI. Um *curriculum* com o essencial do ensino: ensinar. A reforma do *curriculum* pode corresponder a essa necessidade imperiosa de desburocratizar! Os professores ensinam, não são meros funcionários administrativos. É fundamental que os conteúdos abordados sejam actualizados e relevantes para as necessidades da sociedade, mas não se pode continuar a assistir ao desmantelamento de outras disciplinas estruturais como a História ou a Filosofia. O equilíbrio entre

- aquelas que são utilitaristas, como educação financeira, empreendedorismo e competências digitais, e as estruturantes deve ser o caminho para elevar a qualidade;
- 11) – Combater a «Indisciplina nas escolas: um velho problema que precisa de novas soluções»;
  - 12) - Desburocratização das escolas como solução para atrair professores e centrar a missão docente: ensinar;
  - 13) – Uma aposta clara no ensino técnico-profissional, em articulação com as empresas, numa acção concertada entre escola/empresa, uma vez que a escola deve preparar para uma vida activa;

#### **FIM DA IDEOLOGIA**

- 1) Exigir o fim da ideologia no sistema de ensino, de saúde, nas bibliotecas, e até na publicidade institucional paga pelo Estado (todos nós, os contribuintes);
- 2) Acabar com a ideologia de género na Escola, dos 3 aos 18 anos;
- 3) Acabar com o conceito de «identidade de género» que mais não é do que uma máscara da ideologia;
- 4) Acabar com os tratamentos hormonais e com as operações de «mudança de sexo» no SNS e quando se tratar de menores de idade, essas não devem mesmo ser permitidas seja no serviço público ou privado;
- 5) Respeitar a Família e os direitos dos pais no que concerne ao seu dever de educar os filhos;
- 6) Cooperar com os pais, e não substituir os pais, na primordial missão de educar os filhos;
- 7) Garantir a protecção do Estado aos pais e às mães na realização da sua insubstituível acção em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação (artº 68º CRP);
- 8) Respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nomeadamente no seu artº 26º, que garante aos pais a prioridade de escolherem o género de educação a dar aos filhos;
- 9) Respeitar a liberdade de aprender e ensinar e deixar de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, conforme exige o artº 43º da Constituição da República Portuguesa. Afinal, como sabemos, a Família educa e a Escola ensina. E que esta máxima, numa altura em que tanto se fala de mudanças/revisão na Constituição, continue a vigorar;
- 10) Exigir que os docentes respeitem os valores que os pais incutem aos seus filhos. O papel dos professores é o de transmitir conhecimento, integrar e formar pessoas íntegras, não subverter os valores que lhes são transmitidos pelos pais;

- 11) Acatar as decisões dos pais relativamente a temas da intimidade dos filhos/alunos, como por exemplo, a sexualidade;
- 12) Garantir que os valores educativos familiares têm precedência sobre a formação escolar. Aspectos relacionados com a educação moral, sexual e religiosa passarão a ser tratados apenas na esfera privada (como a casa e a família) e não poderão fazer parte do curriculum escolar.

**Moção apresentada por:**

**José António Ribeiro de Carvalho** (militante nº 7403)

Delegado à VI Convenção Nacional do Partido CHEGA, pelo Distrito do Porto

Moção subscrita pela Comissão Política Distrital do Porto